

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CRÍTICA AO ESTADO MÍNIMO E À GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL – O Devir do Trabalho da Toupeira

Maria José Souza Barbosa¹
Maria Helena Loureiro Cachopo²
Ana Isabel Lapa Fernandes³
Paula Cristina Rosado Godinho⁴

RESUMO

Neste artigo, se busca acender o debate sobre processos de aberturas e fechamentos democráticos, que emplacam diretamente nas políticas sociais e, por consequência, nas condições de vida dos diferentes sujeitos, e suas identidades híbridas. Para contextualizar essa compreensão, destaca-se, no primeiro item, a abrangência da globalização e seus efeitos sobre a regulamentação das políticas de proteção social para, em seguida, mostrar o fenômeno da redução das conquistas ao serem inflexionadas pelo neoliberalismo e suas políticas de estado minimalistas ao nível social e maximalistas para o mercado. Em termos metodológicos, a uma análise bibliográfica, com interpretação de autores brasileiros e portugueses, finalizando com uma consideração da pandemia do Sar-Cov 2, Covid 19, quando se evidência, de forma dramática, a crise do capitalismo e da deterioração da vida pelo isolamento social.

Palavras-chave: Estado Mínimo, Globalização, Neoliberalismo, Pobreza

ABSTRACT

This article seeks to ignite the debate on processes of democratic openings and closures, which directly affect social policies and, consequently, the living conditions of different subjects, and their hybrid identities. To contextualize this understanding, the first item highlights the understanding of globalization and its effects on the regulation of social protection policies, and then shows the phenomenon of the reduction of achievements when they are inflected by neoliberalism and its state policies minimalists on a social level and maximalists on the market. In methodological terms, a bibliographical analysis, with interpretation by Brazilian and Portuguese authors, ending with a consideration of the Sar-Cov 2, Covid 19 pandemic, when the crisis of capitalism and the deterioration of life by the social isolation.

Keywords: Minimum State, Globalization, Neoliberalism, Poverty

¹ Assistente Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, IFPA/Campus Castanhal-Pará, Brasil. Doutora em Serviço Social com Pós-doutorado em Geografia Humana na Universidade de Alicante: e-mail: mjsb.ufpa@gmail.com

² Assistente social, especialista em saúde do trabalhador e saúde pública e mestre em Serviço Social com ênfase em políticas públicas e cidadania. Professora Adjunta Convidada do IPBEJA-Instituto Politécnico de Beja. Portugal. . E-mail: maria.cachopo@ipbeja.pt

³ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Universidade Católica de Lisboa. Coordenadora da Licenciatura em Serviço Social. IPBeja- Instituto Politécnico de Beja-Portugal. e-mail: afernandes@ipbeja.pt

⁴ Assistente Social. Mestrado em sociologia. Universidade de Évora. Doutora em serviço Social. Universidade católica de Lisboa. Profa. Adjunta Convidada. IPBeja- Instituto Politécnico de Beja. e-mail: paula.godinho@ipbeja.pt

PROMOÇÃO



APOIO

1. INTRODUÇÃO

O artigo traz uma reflexão sobre os diferentes processos de constituição que as políticas de proteção social, tentam “alcançar padrões mínimos mais ajustados de proteção social” e, também, “delimitar o Estado Social à sua expressão mínima”. (RODRIGUES, 2002, p. 281), são momentos complexos para as democracias, com períodos de amordaçamento das práticas populares e de restrição das ações de proteção social, inclusive, com violências, torturas, opressão impostas pelo estado. Nesse panorama, as políticas sociais, quando existentes, se constituem sob cunho assistencialista, (des)institucional (FERREIRA, 2008; 2009), e ao mesmo tempo, focal, com a intenção de cooptar a classe trabalhadora para sua teia.

O futuro do pensamento crítico não está condenado às prisões das prateleiras de uma mega livraria (...), seu vigor pulsa de forma latente no subsolo das relações sociais (o mesmo subsolo onde hibernou o homem invisível) tal como na metáfora marxiana da toupeira (SILVA, 2016, p. 173)

Os movimentos de lutas sociais, contra os fenômenos, arrocho salarial, desemprego, falta de liberdade, entre outras mazelas do autoritarismo (SOUZA 2017), que implicavam em má qualidade de vida da população em geral, tanto no Brasil, quanto em Portugal, nasceram no berço de processos de abertura democrática, quando são observados, de modo mais evidente, nas transformações societárias (CARVALHO, 2021), nutridas pela aplicação da ciência e da tecnologia, aos processos de trabalho e na destituição do operariado, um sujeito histórico, vital às conquistas sociais, na sociedade industrial e na ampliação dos direitos sociais, sendo desvalorizado ou coisificado enquanto sujeito (LUKÁCS, 2012; ZIZEK, 2000), comparado à uma mercadoria pelo sistema capitalista.

Essa realidade foi inflexionada na virada do século XXI, com a emergência da globalização em sua forma macroeconômica e na política neoliberal (ANTUNES, 2015), que passou a imprimir um processo brutal de restrição de direitos, fazendo ressurgir práticas sociais de refilantropização da pobreza e desresponsabilização do Estado, na oferta de serviços socioassistenciais e responsabilização do trabalhador pelas mazelas econômicos estruturais. (SILVA e VALVERDE, 2011)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Sob essa *démarche* a oferta de serviços é realizada, em grande medida, pelo terceiro setor, cuja ação é efetuada por meio de ações focalizadas e destituídas de uma concepção de direito (MONTAÑO 2014; ALMEIDA, 2015; FRANÇA, 2002), na medida em que está em sinergia com o capital, principal proposta do mercado, considerado como o único sujeito de regulação da sociedade.

Com a globalização, é visível a ruptura com os padrões estabelecidos no âmbito da sociedade industrial e, em consequência, principalmente da “intervenção infinita no comportamento das massas” (SILVA, 2016, p 18), havendo uma redução das conquistas sociais, em duras lutas da classe trabalhadora. No entanto, visa-se entender que as metamorfoses da questão social, centralmente pensadas na classe trabalhadora, vistas sob a ótica do operariado das fábricas (CASTEL, 1998), foram impactadas pela reestruturação produtiva, desvalorizando a força de trabalho humana, face ao trabalho incorporado pelas máquinas, nas chamadas inteligências artificiais (I.A), aplicadas pela ciência e tecnologia, reduzindo o aproveitamento da força de trabalho humana pelas máquinas, como tendencialmente tinha pensado Marx a mais de 150 anos

O fenômeno da dissolução de fronteiras corroídas pela mundialização do capital, como afirma Chenais (1994), vão gerando crises sobre as formações dos estados-nações, com suas constituições restritas aos territórios nacionais, em decisões de ordem macro, que são pensadas e formuladas nos grandes conglomerados das trans e multinacionais, sob a hegemonia do capital financeiro. Nesse sentido, é preciso entender uma classe trabalhadora, permeada por diferentes identidades e demandas específicas, como observa Hall (2006), ao tratar das identidades culturais na pós-modernidade, recomendando direitos universais que consigam incorporar a abstração de uma igualdade inexistente, conhecendo a crise do assalariamento canônico e, desta feita, do surgimento de novos sujeitos, que compõem a nova ordem social e da emersão de uma classe trabalhadora

PROMOÇÃO



APOIO



multifacetada, portanto, da morte do sujeito único de um operariado uniforme, e do nascimento do trabalho “escravo contemporâneo-escravidão da pós-modernidade”⁵.

Nessa pós-modernidade, as identidades sociais (individuais e coletivas), em novas analogias, que Hall (2003), refere como realidades fáticas, exigem direitos sociais voltados às inclusões sociais, um movimento que não se faz somente pela analogia de emprego, mas, também, pela geração de trabalho e renda, independente da relação do capital e das relações sociais, aqui, se leva em consideração, a globalização em novas e velhas problemáticas, que são acirradas por políticas minimalistas de trabalho. A realidade se mostra, portanto, mais complexa, quando o movimento societal macroeconômico e político-cultural, emerge em uma globalização com particularidades, que vão se constituindo como esferas de um grande universo centrípeto, exigindo direitos sociais não garantidos. A pandemia do Sar-Cov 2, Covid 19, fez explodir essa realidade da globalização e seus efeitos na sociedade mundial. Como busca-se apontar neste ensaio.

A reflexão aqui, tem caráter ensaísta, considera a necessidade de ampliação dos debates, sobre os processos conjunturais e estruturais, que fundamentam as práticas de proteção e promoção social na globalização neoliberal, traz novos elementos constituintes das relações sociais, que precisam ser visualizados, a fim de compreendermos que demandas sociais se originam desse movimento de transformação societal.

2. DEMOCRATIZAÇÃO E CONQUISTAS SOCIAIS NO BRASIL E EM PORTUGAL

A democratização em Portugal e no Brasil tem como elementos constituintes as lutas sociais, em contextos específicos, de mordanças dos estados ditatoriais (Salazarista e Militares) em que a violência e a violação de direitos vitais, eram usadas como ferramentas do estado para aniquilar a oposição que lutava e resistia por liberdade, proibindo qualquer tipo de organização social e ou cultural, levava os opositores ao exílio (CASCAIS, 2006; NETTO, 2009).

⁵ Grifo nosso.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Segundo Louro (2018) era uma política centralizadora e ditatorial, que aboliu os direitos fundamentais pregados pela Constituição, controlando as associações e organizações da sociedade civil (partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, representação estudantil, dentre outros), que foram perseguidas, presas, torturadas e condenadas, constituía-se num Estado político/policial.

Mesmo sob a possibilidade da repressão, com ameaças de mortes e exílio, os movimentos sociais ousaram questionar as estruturas de poder impostas, foram tempos de resistência, de enfrentamento de questões como recessão econômica, desemprego, arrocho salarial, falta de serviços e equipamentos públicos, políticas agrícolas, além das liberdades individuais e coletivas (CASCAIS, 2006; NETTO, 2009; SANTOS, 1984).

As condições de vida impostas por esses regimes, foram exauridos pelo antagonismo das lutas sociais em que processos brutais de restrições das liberdades democráticas, discriminação, preconceitos, intolerâncias de ideias, levam às revoltas populares apoiada por setores das classes médias, como intelectuais e religiosos vinculados a chamada teoria da libertação na América Latina, em face da torpeza, da pobreza, da fome nas desigualdades sociais (Idem),

As lutas pela democratização e os questionamentos da estrutura de poder que sustentavam a máquina satânica dos governos ditatoriais, encontraram nos movimentos sociais dos trabalhadores, o caldo cultural de revoltas, que ganhavam forças nos centros urbanos e no campo, eram mobilizações que corroíam as bases que sustentavam a autocracia burguesa (FENANDES, 1978; NETTO, 1985) e a avalanche das lutas, nos dois países observados, levaram a processos de transformações das instituições econômicas, políticas e sociais, fortalecidas pelo apoio popular, sob uma complexidade social da classe trabalhadora (operariado urbano, em sua predominância, em Portugal e no Brasil), e de uma pequena parcela da burguesia assalariada, espalhada entre as grandes metrópoles.

Com a democratização em Portugal, foi gerado o compromisso de melhorar a qualidade de vida, tanto dos trabalhadores, quanto da população em geral,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

assumindo um discurso baseado na necessidade de construção de uma cidadania focalizada. Que no entender de Rodrigues (2010, p. 191), constituía-se num longo período de proteção social, fundada nos valores e princípios da universalização dos direitos sociais, um discurso que gera “(...)uma cidadania social e económica, que é a nova dimensão da cidadania aberta ao campo do trabalho e do mercado”.

Sob a ordem jurídico-política da Constituição Portuguesa, Benevides (1998, p. 4) “(...) garante quem é cidadão, que direitos e deveres ele terá em função de uma série de variáveis, tais como a idade, o estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar ou não em dívida com a justiça penal etc.”, se constituindo como condições essenciais à concretude da estrutura regulamentadora do plano de inclusão efetiva aos padrões da ação social ofertado aos cidadãos.

O conjunto dessas diretrizes passam a orientar e garantir direitos sociais da população portuguesa, estruturados sob princípios das tradições democráticas e populares, possibilitando criar perspectiva para o desenvolvimento territorial, como pressuposto da inclusão social dos diferentes sujeitos e suas identidades múltiplas e, de forma híbrida, quando a descentralização dos serviços socioassistenciais e dos recursos financeiros são organizados via co-financiamentos, pactuados entre os entes federados e os sujeitos da ação social, mostram-se sob princípios republicanos.

A construção e reconstrução de reformas de programas e projetos sociais é componente de autoridade estatal, com possibilidade de universalizar direitos e cidadania, em defesa de um modelo de sistema de proteção social na arena da igualdade no acesso à seguridade social.

Nesse sentido, as políticas sociais portuguesas, tomam contorno focalista, se voltam às vulnerabilidades socioeconômicas pontuais para a pobreza, absorvem preceitos da solidariedade social e do terceiro setor, termos formais e abstratos, de universalização definida nos valores e princípios do Estado Providência (AMARO, 2005). Essas respostas, político-governabilista, na perspectiva de Cardim (2009, p.

PROMOÇÃO



APOIO



140), se dividem entre acordos e matrizes ideológicas, entre quem as propõem e quem as executam, portanto são

(...) características multicausais e a pluralidade das suas expressões determinam uma diversidade de políticas dirigidas a aspectos diferenciados, que podem passar por tipos de actuação assistencial, recuperadora, reparadora ou preventiva (Cardim, 2009, p. 140).

Essa formulação das ações sociais, configuravam um Estado provedor (Idem, 2005), cujas intervenções e práticas institucionais, visavam facilitar o acesso às políticas sociais, tendo como pressuposto, a redução da pobreza, em suas mais diversas formas de necessidades, tendo em vista os agravos que compunham a vida da população, com baixos salários, falta de alimento, racionamento, inflação, incapacidade de saúde pública e serviços entre outras (Idem, 2009).

Nesse aspecto, a constitucionalidade e a universalização de direitos, foram incorporados ao Estado Providência, sob a concepção de intervenção, resultado das lutas sociais, na esfera cidade/campo, passos importantes para a construção de um sistema de proteção social em regime inclusivo e não contributivo. (COELHO et al, 2019)

No caso do Brasil, o processo de democratização da sociedade deu-se em um período de reestruturação produtiva e apesar da Constituição de 1988 trazer em sua estrutura organizacional as bases da universalização de direitos, como em Portugal e demais países democráticos, a sociedade global já vivia sob as bases do neoliberalismo e da globalização. Portanto, mesmo estando sob os elementos constituintes da universalização dos direitos no Brasil, estes elementos não tinham correspondência com às orientações do Consenso de Washington (BATISTA, 1994) aos demais países em desenvolvimento e aos emergentes.

Ao reconhecer o fortalecimento da descentralização, surgem tendências para o Estado de direito e seus significados, no alcance das políticas públicas, destacando, principalmente, nesse processo, a reforma do Estado, como reforma realizada seguindo estratégias distintas, sendo as mais conhecidas a transferência de responsabilidades, desconcentração, delegação, transferência de atribuições e a privatização ou desregulação (SANTOS, 2008), todas voltadas ao atendimento das

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

demandas sociais dos sujeitos de direitos, vistos como demandantes das ações sociais, nas diretrizes de descentralização, territorialização e intersectorialização.

Foi um processo alçado por ampla mobilização nacional, em que participaram entidades governamentais e não governamentais. E, que segundo Netto (1999), tornou-se famosa pelo profundo avanço nacional, que reforçou as lutas de classes, os setores democráticos por décadas, foi um movimento histórico, principalmente dos trabalhadores da assistência social, que com sua participação, tornaram-se protagonistas no processo de mobilização para a organização do debate das municipalidades (Idem, 2008).

3. UNIVERSALIZAÇÃO REDUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA VIRADA NEOLIBERAL

As transformações da sociedade capitalista no último quartel do século XX, levaram a um processo de crise das instituições regulamentadoras das relações entre capital e trabalho, repercutindo diretamente nos processos de reestruturação produtiva e reforma do estado. Para Netto (1995, p. 77) o estado neoliberal é, na realidade, "(...) uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia". Não sendo planejada e com cariz de livre iniciativa, essa reforma visa reduzir as estruturas e mecanismos de promoção e proteção do trabalho em face ao capital buscando por si só o bem-estar social.

As ações de políticas sociais, passam a se conectar ao Estado mínimo, que tem por princípio, a redução da intervenção do estado na regulação entre capital e trabalho. Dessa forma, o poder institucional de caráter universalizante é destituído na prática, e a Constituição Cidadã⁶, é inteiramente desconfigurada via agendas de ações fragmentadas, caritativas, voluntaristas, portanto, despotencializadoras dos movimentos reais da sociedade contemporânea, particularmente, porque a conjuntura de sua elaboração, esta no contrafluxo do estado de bem estar social,

⁶ Como passou a ser chamada a Constituição de 1988, dado que inaugura as bases de um estado de bem estar brasileiro.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

visto que, em suas bases reais, o assalariamento do pleno emprego foi triturado pelas transformações societárias da ciência aplicada à produção. O operariado assim como o estado nação, entram em crise devido a reestruturação produtiva, a redução do estado e a emergência de uma multiplicidade de sujeitos sociais, como referido acima, os individuais e os coletivos em suas identidades diferenciadas, interseccionalidades e marcadores sociais em demandas próprias, buscando seus “lugares de fala na sociedade ou lugares sociais” (ASSIS, 2019).

Esses sujeitos estão na contraface do estado mínimo, ao encontrarem-se inscritos nos movimentos antiglobalização neoliberal, em que seus veios democráticos, voltam-se à construção de novos espaços públicos e reivindicações próprias de suas identidades mestiças, miscigenas, que passam a pautar o debate sobre a política social. Nesse âmbito, há a exigência de estruturas flexíveis e ágeas de implementação de normas e protocolos específicos, no trato das diversidades e complexidades orgânicas à lá Hall (2006), portanto, sintonizado com as múltiplas identidades, um desafio constante aos profissionais do Serviço Social.

Nessa dinâmica de constituição de uma nova ordem social em formação, há um brutal processo de precarização da vida, com ressurgimento de questões cujos mecanismos de promoção e proteção social não conseguem incorporar, seja pela falta de projetos sociais, seja pela hegemonia do capital financeiro e suas formas de atuar na relação com a classe trabalhadora multifacetada, implicando, na falta de serviços públicos voltados a essas identidades múltiplas, na medida em que trata-se de novas demandas sociais, sob velhas problemáticas, e velhas intervenções, ficando a encargo de ações caritativas, filantrópicas ou voluntaristas, rompendo com o paradigma da assistência institucional enquanto direito de cidadania.

Surgem formas de regulação pelo terceiro setor que, em tese, opera entre as fraturas do mercado e do estado. No conceito de França (2002, p.10), “(...)herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia”, na medida em que não detém finalidade lucrativa, tendo dimensão funcionalista, orientadora de características formais, privadas, formado por

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

instituições que não têm como perspectiva de distribuição da mais valia social, mas uma pseudo-responsabilidade social, realizada por meio de ações voluntárias, sem fins políticos partidários ou confessionais (MONTAÑO, 2014).

Para França Filho (Idem, p.11), o terceiro setor é revertido de uma visão liberal e “(...) aparece como uma esfera compartimentada, suplementar, *vis-à-vis* do Estado e do mercado..., considerado como um setor à parte, que viria se ajustar funcionalmente às duas formas históricas que constituem o Estado e o mercado”. Nessa perspectiva, o terceiro setor se transmuta de uma concepção ideológica que justifica o desengajamento do estado em relação às ações de políticas sociais (Idem, 2014), nesse espectro, o estado, funciona em face das assimetrias decorrentes dos efeitos do endividamento público e, em consequência, dos gastos necessários ao enfrentamento da pobreza, da fome e da miséria, decorrente das próprias mutações das forças produtivas humanas e materiais.

As políticas sociais, sob essa perspectiva neoliberal, trazem consequências avassaladoras nas condições de vida dos trabalhadores, ao focalizar suas ações ora em iniciativas privadas, ora na sociedade civil organizada, mas sempre voltada para atender demandas específicas, na medida em que a regulação pública retira do Estado a obrigatoriedade de intervenção social. A “(...) empresa cidadã atua nos espaços do mercado e do Estado, propondo-se colaborar como este no que se refere à implementação de políticas e programas sociais (MONTAÑO, 2002, p. 152).

As organizações não governamentais instrumentalizam-se por meios da filantropização de setores e serviços, produzidos e monopolizados sem a intervenção direta do Estado. Nesse contexto, redesenha-se estruturas clientelistas e paternalistas de controles da população vulnerabilizada pelos efeitos da ordem social hegemônica pela dinâmica do capital financeiro. A desestruturalização de programas, projetos e ações sociais mostram-se como uma realidade das políticas sociais, “(...) mediante programas e ações fragmentadas, eventuais, portanto, descontínuas” (SILVA, 2006, p. 17). Nesse sentido, as políticas sociais passam a atuar em algumas mazelas, de modo fragmentado e setorializado,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

descharacterizando-se de sua multifacetariedade e complexidade. Nesta mesma direção aponta Behring (1998) ao dimensionar o Estado mínimo como uma estratégia da ordem social do capitalismo neoliberal manifesto como crise.

O Estado Mínimo ou neoliberal visa a “(...) liberdade econômica [que] só é possível sobre o mercado livre (isto é, sem mecanismos extra-econômicos de regulação), que funda a liberdade civil e política” (NETTO, 1995, p. 77). Uma concepção que legitima o mercado e determina o espaço de intervenção estatal, concebendo a este último, as estruturas extremas que gestam o estado máximo para o capital, com a precarização e refilantropização da pobreza tornando-se estratégias dos serviços ofertados para conter, minimamente, o estado de pobreza e miséria, além das iniquidades sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As públicas sociais na emergência da globalização e na complexidade da realidade social em cada território, precisam ancorar as ações práticas aos sujeitos sociais sob a metamorfose de suas próprias mutações, com particularidades e especificidades, para centrar-se na globalização dos de baixo, cuja concepção de universalização de direitos, herdados da Revolução Francesa, não conseguem capturar ou mesmo incorporar, tal a revolução da sociedade do conhecimento e do capitalismo das redes. Mesmo quando as demandas sociais, em aparência, trazem os traços da velha sociedade industrial, os sujeitos sociais já não correspondem a uma identidade única – do operariado –, estes compreendem novas corporeidades e, desta forma, novas necessidades.

Assim, tanto em Português quanto no Brasil, como nos demais países inseridos na dinâmica global, veem a redução do estado para uma extraordinária concentração e centralização de capital, de recomposição de ganhos e de riqueza de uma burguesia insaciável, num mundo globalizado em suas crises, que atinge milhões de pessoas, cujas vulnerabilidades são agudizadas na trajetória do desmonte das instituições promotoras das políticas sociais, e que se expandem sob a financeirização, parecendo se constituir como um suspiro.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Desta forma, os baixos salários, desemprego real, desemprego estrutural, trabalho parcial, temporário, itinerante, precário, subcontratado, terceirizado, escravidão contemporânea, miséria, marginalidade, violência, fome, racismo, xenofobia, misoginia, homofobia, violência etc., são efeitos de uma sociedade globalizada, sob o avanço da Pesquisa&Desenvolvimento&Inovação (P&D&I), fundado na exploração dos excedentes de ser, da subjetividade, do trabalho vivo, sob o comando do capitalismo financeiro e do regime de acumulação flexível.

No contexto de reestruturação produtiva, ainda em marcha, tal como as chamadas inteligências artificiais, leva, por consequência, não mais ao direito do trabalho, mas necessariamente ao acesso à renda universal, como resultante da substituição do homem pela máquina, pensada tendencialmente pelo velho filósofo – Karl Marx –, embora em suas reflexões, nesses tempos, nesse devir a força de trabalho livre, corresponderia a uma igualdade social de fato, para o usufruto e o bel prazer, onde todos poderiam se dedicar as suas vanidades criativas.

Portanto esses tempos desafiadores, particularmente quando enfrentamos, na sociedade do mundo, o acirramento das contradições e antagonismos sociais, da multinacionalização, que estende seus tentáculos nas mais diferentes esferas da vida social. Quando o estado e suas reformas minimalistas atacam justamente os serviços públicos de valorização da vida (educação, saúde, habitação, cultura dentre outros), atingindo múltiplas identidades em suas necessidades.

A pandemia do Sars-Cov-2, Covid 19, trouxe uma oportunidade para se pensar essa globalização, que possibilitou clarear efetivamente a sociedade global, na medida em que o vírus se espalhou com tal rapidez e mostrou a importância das políticas sociais de promoção e proteção social, em face da necessidade de isolamento social. Nessa conjuntura específica relativas ao *lockdown total*, em que em tese o mundo parou, gerou debates importantes, mas logo esquecidos..

Nesse contexto, cabe a velha topeira continuar seu trabalho de corrosão da mundializada, e abrir crateras no interior das transformações societais para fazer valer o do trabalho livre, das subjetividades enriquecidas enquanto criação do

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trabalho vivo para o usufruto de uma sociedade comunal para todos. Um dever a ser conquistado. Trabalhar menos, para todos trabalharem!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Perceção do contributo das instituições da Economia Social no desenvolvimento social local: Um estudo de caso das IPSS do distrito de Bragança. Dissertação de Mestrado em Economia Social. Braga: Universidade do Minho. 2015.

AMARO, M. I. Do Estado-Providência ao Estado Regulador, Desafios Para a Cidadania. CESSS, FCH-UCP. 2005.

ANTUNES, R. ADEUS AO TRABALHO: ensaio sobre as metamorfoses e centralidade e do mundo do trabalho. 16ª ed. Cortez, 2015.

ASSIS, D. N. Conceição de. Insterseccionalidades / Dayane N. Conceição de Assis - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância. 57 p.: il. ISBN: 978-85-8292-207-1.2019

BENEVIDES, M. Vi. Cidadania e Direitos Humanos. Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos.1998

CARDIM, M. E. "Implementação de Políticas Públicas - Do Discurso às Práticas", Revista de Ciências Sociais e Políticas, 3: pp. 133-149.2009

BEHRING, E. R. (1998). Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez Editora.

CARVALHO, K. Autocracia burguesa e a práxis revolucionária de Florestan Fernandes. R. Katál., Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 109-118, jan./abr. 2021 ISSN 1982-025.2021

CASCAIS, A. F. (2006). Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos Revista Crítica de Ciências Sociais 76 |Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva.2006

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COELHO, K.; GUEDES, O.; AMARO, M. I. A apreensão da produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro na graduação dos assistentes sociais portugueses. III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. IV seminário nacional de território e gestão de políticas sociais III

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

congresso de direito à cidade e justiça ambiental (fundamentos do serviço social – ênfase em formação profissional). Londrina-Paraná. 2019.

CHESNAIS. F. (1994). A Mundialização do Capital. São Paulo. Xamã.

FRANÇA, G. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Revista Bahia Análises & Dados. Salvador. SEI. Vol 12. N.1. p 9-19. junho 2002.

FERREIRA, M.E.F. Serviço Social e Sociedade, Cumplicidades e Interações: contributos para uma análise da produção acadêmica portuguesa no período de 1936 a 1972, Revista em Pauta, Volume 6 - Número 23, pp. 161-190, 2009.

FERREIRA, M. E. F. Cumplicidades e Interações - Contributos para uma análise da produção acadêmica no período de 1936 a 1972, Revista Intervenção Social, pp.139-174, nº 32-34, 2008.

FERNANDES, F. La revolución burguesa en Brasil. Editorial siglo XXI, México: 1978. Fernández Nadal, Estela. “Los estudios poscoloniales y la agenda de la filosofía latinoamericana actual.

HALL, S. A identidade Cultural na Pós-modernidade. 2.ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A. 2006

HALL, S. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Trad. Adelaine La G. Resende (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003

LOURO, R. A. Homossexualidade e resistência durante a ditadura portuguesa: estudos de caso. Dissertação de Mestrado em Antropologia Área de Especialização em Temas Contemporâneos.2018

LUKÁCS, G. O que é marxismo ortodoxo? [1919]. In: História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 63-104

MONTÃO, Carlos. Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez.2002

MONTAÑO, C. O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor” (org). São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, J. P. 1985 Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1985

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

NETTO, J P. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez. 2009.

RODRIGUES, E. V (2010). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pág. 191-230

RODRIGUES, F. Assistência Social: uma política reticente em tempo de globalização. In: HESPANHA, Pedro e CARAPINHEIRO, Graça (Orgs.). Risco Social e Incerteza: pode o Estado Social recuar mais? Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 265-300.

SANTOS, B. de S. "A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)", *Pensamiento Iberoamericano*, 5, 499-520. 1984

SANTOS. M. H. L. A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA SUAS E AS NOVAS DEMANDAS AOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESTADO DO PARÁ: Belém: (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Serviço Social. PPGSS-UFPA.2008

SILVA, L M A da. A toupeira invisível: marxismo negro e cultura antimarxista em Ralph Ellison / Luiz Maurício Azevedo da Silva. – Campinas, SP: [s.n.], 2016.

SILVA, M. O S e; YASBEK, M. C; GIOVANI, G. de. (2006). A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda /– 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA. D. N.; VALVERDE. R. Crise Fiscal e Ajuste do Estado, uma Análise do Caso do Brasil. Disponível em <<http://www2.uefs.br/semic/upload/2011/2011XV-842DAN318-220.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2023.

SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ZIZEK, S. "From History and Class Consciousness to The Dialectic of Enlightenment. and Back". *New German Critique* 81: 107-123, 2000.

PROMOÇÃO



APOIO

